R$ 400 milhões para unir o Master ao BRB

É o valor da suposta propina que Ibaneis teria cobrado de Vorcaro para fechar o negócio. Ex-banqueiro passou a informação ao depor à PF, mas não deu provas

» RENATO SOUZA

Jane de Araújo/Agência Senado

Ex-governador teria recebido R$ 80 milhões e ficaria com 5% das ações do novo banco, segundo Vorcaro

O banqueiro Daniel Vorcaro afirmou que o ex-governador Ibaneis Rocha cobrou propina de R$ 400 milhões para autorizar a compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). A informação dada em depoimento à Polícia Federal (PF) também se baseia em mensagens interceptadas pelos investigadores no celular do ex-banqueiro, que passou por perícia após ser apreendido na operação Compliance Zero.

Parte do montante seria pago após o negócio ser concretizado e o restante dos valores seria repassado por meio de um contrato fictício com um escritório de advocacia, que seria indicado por Ibaneis. As declarações de Vorcaro ocorreram durante uma oitiva que fez parte das tratativas de um acordo de delação premiada. Foram adiantadas pelo site Uol e confirmadas pelo **Correio** junto a fontes na PF. No entanto, a tentativa de colaboração não avançou, Vorcaro não apresentou provas suficientes daquilo que disse.

O interlocutor de Ibaneis com Vorcaro seria Leonardo Valverde, que é empresário e tem profunda relação de amizade com o ex-governador — ele estaria indentificado no celular do ex-banqueiro como "Leo" ou "Doutor Leo". O acerto para a suposta propina de R$ 400 milhões foi feito na casa do ex-banqueiro em Brasília, em setembro de 2024.

Vorcaro diz ter adiantado um pagamento de R$ 80 milhões, que teriam sido entregues por um motorista dele a um dos aliados de Ibaneis. O ex-governador também teria 5% das ações do novo banco, por meio de uma empresa de fachada. O primeiro encontro entre ele e Vorcaro teria ocorrido em 18 de setembro de 2024. Uma semana depois, teria ocorrido nova reunião entre os dois, inclusive com a presença do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, que está preso.

Preso duas vezes

Desde que o escândalo veio à tona a partir da negativa de o BRB ser vendido ao Master, posteriormente liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central (BC), Ibaneis sempre disse que não interferiu nem participou da negociação, atribuindo toda a culpa pelo negócio a Paulo Henrique Costa. A PF prendeu Vorcaro pela primeira vez em 17 de novembro de 2025, no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), quando tentava embarcar para Dubai, nos Emirados Árabes, para, supostamente, negociar a venda do Master para a Fictor. O banqueiro foi para trás das grades novamente em 4 de março.

O BRB injetou R$ 16,7 bilhões no Master ao comprar carteiras fraudulentas e sem lastro. Relatórios enviados pela PF ao Supremo Tribunal Federal apontam que Ibaneis teve "atuação direta" na negociação que fundiria os dois bancos.

Procurado pelo **Correio**, o advogado Antônio de Almeida Castro, o Kakay, que atua na defesa de Ibaneis, afirmou que o acordo de delação sequer foi homologado. "Não tinha nenhum elemento de colaboração, não tinha nenhuma prova. É uma proposta que nem foi aceita. Eu nem li, pois não leio proposta que não foi aceita", disse ele.

TCE-SP manda gestor devolver R$ 93 milhões

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) condenou o ex-presidente do São Roque Prev, Vanderlei Massarioli, a ressarcir o instituto em R$ 93,15 milhões aplicados em letras financeiras do Banco Master. A relatora do processo na Corte de Contas, conselheira substituta Silvia Cristina Monteiro Moraes, também determinou o envio dos autos à Presidência do tribunal, propondo a abertura de um processo para apurar a atuação da consultoria Crédito & Mercado e a eventual aplicação da sanção de inidoneidade.

No processo do TCE, o ex-gestor do São Roque Prev sustentou que as decisões foram colegiadas, contaram com pareceres especializados e ocorreram antes da deterioração financeira do banco de Daniel Vorcaro. O São Roque Prev fez sete aplicações no Master entre abril e setembro de 2024. Os recursos correspondiam a cerca de 18,2% de sua carteira de investimentos ao fim daquele ano.

A Prefeitura de São Roque é mais uma que investiu recursos da previdência dos seus servidores, assim como as de Maceió, Cajamar (SP), Itaguaí (RJ), Aparecida de Goiânia (GO), Cogonhas (MG), entre outras. As previdências do funcionalismo dos governos do Rio de Janeiro, do Amapá e do Amazonas também colocaram dinheiro dos aposentados dos estados no Master.

MP pede condenação de deputada

» DANANDRA ROCHA

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Eduarda provocou Erika ao referir-se a ela como "homem biológico"

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) pediu à Justiça a condenação de deputada estadual eleita Eduarda Campopiano (PL) por transfobia contra a deputada federal reeleita Erika Hilton (PSol-SP). A ação civil pública prevê o pagamento de R$ 100 mil por danos morais coletivos e sociais. A Promotoria também solicita que a futura parlamentar faça uma retratação pública e participe de um curso sobre inclusão social e combate à discriminação.

O caso tem como origem uma publicação feita por Campopiano na rede social X, em 5 de outubro, na qual se referiu a Erika Hilton como "homem biológico". No post, feito um dia depois da eleição, ela pergunta a Erika como era saber que "um homem biológico nunca vai ocupar o espaço da mulher mais votada de São Paulo".

Para o MP-SP, a declaração desrespeita a identidade de gênero da parlamentar e contribui para a reprodução de preconceitos contra pessoas trans. "Não há dúvidas das falas carregadas de preconceito contra as mulheres trans", diz o MP. Na avaliação da Promotoria, "a negação pública da identidade de gênero de parlamentar trans em redes sociais extrapola o âmbito do debate e manifestação política legítima, podendo configurar discriminação e violência política de gênero".

> **A negação pública da identidade de gênero de parlamentar trans em redes sociais extrapola o âmbito do debate e manifestação política legítima, podendo configurar discriminação e violência política de gênero"**
>
> ***Trecho das representação do MP-SP***

A deputada estadual eleita Sofia Favero (PSol-SP), autora da ação, comemorou: "A decisão do Ministério Público de São Paulo de processar a deputada eleita Eduarda Campopiano é uma vitória pedagógica e um marco contra a violência política de gênero no nosso estado. Ao exigir uma indenização de R$ 100 mil, retratação e curso antidiscriminatório pelos ataques transfóbicos à deputada federal reeleita Erika Hilton, o MP-SP deixa nítido que a imunidade parlamentar não é um salvo-conduto para o preconceito. A nossa eleição e a de Erika Hilton provam que o projeto de sociedade que defendemos não vai recuar, e que o ódio não será mais monetizado sem consequências", comentou.

Erika foi reeleita com 1,5 milhão de votos a deputada federal por São Paulo, enquanto Eduarda conquistou uma vaga na Assembleia Legislativa paulista (Alesp) e foi a campeã do estado, com mais de 1,8 milhão de votos. Ao **Correio**, a assessoria da parlamentar eleita disse que ela não se pronunciaria.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Volatilidade do voto sobe e TSE discute proibir canais do "zap"

Na reta de chegada da campanha presidencial, aumentaram o contingente e a volatilidade dos indecisos, talvez porque a dureza dos ataques entre os candidatos tenha também provocado mais rejeição. Flávio Bolsonaro mantém o favoritismo numérico nas cinco pesquisas divulgadas ontem, mas sua vantagem sobre Luiz Inácio Lula da Silva é estreita. O aumento dos indecisos gera instabilidade nas campanhas e mostra que, agora, sim, a maioria dos eleitores entrou no debate eleitoral. Lula e Flávio também intensificam a presença nas redes e a mobilização dos apoiadores. Nesse ambiente, decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o funcionamento das plataformas podem interferir na capacidade de cada candidatura alcançar justamente quem ainda hesita.

A Quaest registra de forma clara a mudança. Na pergunta espontânea, sem apresentação dos nomes dos candidatos, os indecisos passaram de 7% para 14% em uma semana. Flávio recuou de 43% para 40%, enquanto Lula passou de 42% para 40%. Na pesquisa estimulada, porém, quando os nomes são apresentados, a indefinição fica em 2%, ante 1% anteriormente. Ou seja, a hesitação é maior do que aquela captada pela escolha direta entre os dois concorrentes.

A alteração é especialmente significativa entre mulheres e independentes. No eleitorado feminino, as indecisas passaram de 8% para 17% — Lula perdeu quatro pontos e Flávio, cinco. Entre os homens, a indefinição cresceu três pontos. Entre os independentes, o salto foi ainda maior: de 13% para 31%, acompanhado de recuos de 10 pontos para Lula e cinco para Flávio. Na direita não bolsonarista, o candidato do PL caiu de 89% para 82%, enquanto os indecisos chegaram a 9%. São segmentos nos quais as fidelidades políticas oferecem menor proteção contra o desgaste da campanha.

O debate de domingo passado, marcado por acusações recíprocas, ajuda a analisar esse desconforto, embora a pesquisa não permita atribuir toda a mudança ao confronto: as entrevistas ocorreram entre os dias 17 e 20, abrangendo momentos anteriores e posteriores ao encontro. Na prática, com o confronto direto, os candidatos mobilizaram suas campanhas, mas deixaram parte do público sem resposta para preocupações concretas. A circulação incessante de cortes nas imagens do debate, para atacar os adversários, prolongou as polêmicas nos celulares e pode ampliar tanto a rejeição quanto a disposição de reconsiderar o voto.

Nos votos válidos, Flávio aparece com 50,7% na Veritá, cerca de 50,6% na Quaest, 51,1% na Futura, aproximadamente 51% na Palver e 51,1% na Ideia. Todas lhe dão vantagem numérica, dentro das respectivas margens de erro. A distância para Lula diminuiu nas séries Veritá e Quaest, mas aumentou na Futura e na Palver. O favoritismo permanece sendo de Flávio, mas a disputa continua aberta e não se pode descartar uma virada de Lula.

Mordaça

É nesse cenário que a atuação do TSE preocupa. O Conselho de Supervisão da Meta, órgão independente, reconheceu falhas na aplicação das políticas antifraude às contas de anúncios de Lula e cobrou revisão especializada. A manifestação dá substância às reclamações de tratamento desigual. A empresa, por sua vez, nega interferência política e atribui os episódios a problemas técnicos. O reconhecimento das falhas exige apuração de seus efeitos e se houve favorecimento deliberado.

Os episódios apontados como interferência ao impulsionamento de publicações de Lula e diferenças na geração de imagens pela inteligência artificial. A Meta admitiu que seus filtros nem sempre reconheciam candidatos identificados pela combinação de prenome e número eleitoral. O TSE determinou correções e comprovação de tratamento igualitário e, ontem, deu prazo de 24 horas ao Ministério Público Eleitoral para avaliar as medidas. Houve providências, mas a demora é injustificável. Numa campanha tão curta, uma oportunidade de comunicação perdida dificilmente pode ser restituída depois.

Enquanto aguarda explicações da plataforma, a cúpula do tribunal discute restringir canais políticos de WhatsApp com mais de 200 mil seguidores nas 48 horas anteriores à votação. O alcance formal seria geral, mas o impacto político da mordaça seria desigual: o Exército do Lula, com mais de 7 milhões de inscritos, tornou-se instrumento central da reação petista nas redes e nas ruas, enquanto o canal Tropa do Flávio tem 2,5 milhões. Após a repercussão negativa da iniciativa, Nunes Marques afirmou rejeitar mudanças de última hora; Mendonça sustentou que a minuta resultou de discussão coletiva. A Corte deverá tomar uma decisão ainda hoje.

Os precedentes são preocupantes. Nunes Marques suspendeu o canal a pedido da campanha de Flávio. O relator Ricardo Villas Bôas Cueva restabeleceu seu funcionamento diante da insuficiência de provas. A análise técnica não localizou os conteúdos apontados, embora registrasse lacunas decorrentes de mensagens apagadas ou editadas. Depois de novo bloqueio, o registro formal pela campanha permitiu sua liberação.

Combater ilícitos exige provas, rapidez e proporcionalidade. Discutir uma restrição geral às vésperas da votação, depois desse vaivém, abala a previsibilidade que a Corte deve assegurar. Com indecisos em alta e diferenças mínimas nas pesquisas, a paridade de armas precisa ser demonstrada em decisões coerentes. A confiança no resultado também depende da confiança nas condições da disputa.